

IDENTIDADE FRATURADA E FRONTEIRAS INVISÍVEIS: A SUBALTERNIADA DO SUJEITO BOLIVIANO EM CORUMBÁ-MS À LUZ DOS ESTUDOS CULTURAIS

FRACTURED IDENTITY AND INVISIBLE BORDERS: THE SUBALTERNITY OF BOLIVIAN SUBJECTS IN CORUMBA -MS FROM THE CULTURAL STUDIES PERSPECTIVE

DOI 10.55028/geop.v20i38

Thiago Silva Fernandes*
Patrícia Zaczuk Bassinello**

Resumo: Este artigo, analisa como a linguagem midiática corumbaense contribui para o silenciamento e a invisibilização do sujeito boliviano na fronteira de Corumbá-MS com Puerto Quijarro. Apoiado nos principais autores dos estudos culturais, identifica-se a permanência de uma lógica marcada pela colonialidade que molda identidades e reforça posições subalternizadas. As reportagens do jornal Capital do Pantanal revelam desigualdades, mas também fissuras de resistência. Entre silêncios e vozes, o sujeito boliviano reafirma sua reexistência por meio de saberes, sabores e gestos que desestabilizam o discurso dominante.

Palavras-chave: sujeito boliviano, identidades, colonialidade, estudos culturais, Corumbá-MS.

Abstract: This article analyzes how the media language of Corumbá contributes to the silencing and invisibilization of the Bolivian subject on the Corumbá-MS and Puerto Quijarro border.

Introdução

A região de fronteira entre Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) apresenta-se como um território simbólico e materialmente marcado por relações de poder desiguais, onde o sujeito boliviano tem historicamente ocupado um lugar de invisibilidade social, política e cultural (Diniz, 2014). Esse processo não se dá ao acaso, tampouco se restringe às condições econômicas ou jurídicas; ele se articula de maneira mais profunda com os mecanismos de representação e de hegemonia que compõem o tecido da cultura. Ao lançar luz sobre essas

* Thiago Silva Fernandes, Mestrando em Estudos Culturais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado em história pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Graduado em teologia pela Faculdade Batista de Minas Gerais – FBMG. E-mail: t_silva@ufms.br.

** Patrícia Zaczuk Bassinello. Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora permanente nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/CPAQ/UFMS) e Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGECI/INFI/UFMS). E-mail: patricia.zaczuk@ufms.br.

Supported by key authors in Cultural Studies, it identifies the persistence of a logic marked by coloniality that shapes identities and reinforces subalternized positions. The reports published by the newspaper *Capital do Pantanal* reveal inequalities, but also fissures of resistance. Between silences and voices, the Bolivian subject reaffirms their re-existence through knowledges, flavors, and gestures that destabilize the dominant discourse.

Keywords: bolivian subject, identities, coloniality, cultural studies, Corumbá-MS.



camadas, este artigo busca analisar, sob a perspectiva dos Estudos Culturais, os modos pelos quais a subalternidade do sujeito boliviano se constitui como uma prática discursiva sustentada por sistemas históricos de exclusão e por narrativas midiáticas locais que reforçaram esse lugar marginalizado.

A tradição dos Estudos Culturais, especialmente a partir das formulações de Stuart Hall, oferece instrumentos teóricos preciosos para compreender os processos identitários que se constroem no cruzamento entre cultura e poder. Hall nos adverte que “As identidades, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”” (Hall, 2003, p.85). Logo, isso indica que o sujeito se constitui na e pela diferença, no interior de práticas discursivas e hegemônicas em relações históricas que o atravessam. Nessa chave, pensar o sujeito boliviano na fronteira de Corumbá é situá-lo não apenas como um agente deslocado, mas como um signo cultural tensionado, constantemente produzido por práticas de significação excludentes.

Somando-se a esse referencial, as contribuições de Antônio Gramsci sobre hegemonia cultural e subalternidade, permitem compreender como grupos sociais são mantidos à margem não apenas por coerção, mas por consenso ativo, construído e difundido no plano das representações cotidianas. A ideia

de “bloco histórico” nos ajuda a visualizar como certos discursos tornam-se dominantes e naturalizados, ao passo que outros são deslegitimados ou silenciados.

a “hegemonia”, no sentido de Gramsci, requer não a simples ascensão de uma classe ao poder, com sua “filosofia” inteiramente formada, mas o processo pelo qual um bloco histórico de forças sociais é construído e sua ascendência obtida. Portanto, a melhor forma de se conceber a relação entre “ideias dominantes” e “classes dominantes” e em termos dos processos de “dominação hegemonic” (Hall, 2003, p. 290).

A esse respeito, Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua indagação mais famosa, “Pode o subalterno falar?” - tensiona a possibilidade de agência dos sujeitos que habitam as lacunas do poder, alertando que a produção do sujeito como outro é precisamente o que impossibilita sua fala (Spivak, 2010).

A base empírica deste artigo apoia-se na tese de Waldson Corrêa Diniz (2014), intitulada “Los hermanos bolivianos: Representação nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999)” na qual o autor analisa sistematicamente as construções simbólicas da imagem do boliviano na mídia local, demonstrando como essas representações reforçaram estigmas históricos e práticas de exclusão. A pesquisa revela que o discurso jornalístico, muitas vezes, age como aparelho ideológico, performando uma identidade boliviana degradada e secundária. Assim, este artigo propõe uma leitura crítica dessa produção simbólica, articulando os fundamentos teóricos mencionados a partir da experiência histórica fronteiriça.

Identidade e representação cultural na fronteira

No bojo dos Estudos Culturais, a noção de identidade não pode ser pensada como algo fixo ou essencial, mas como um processo contínuo de construção, permeado por relações de poder e por disputas simbólicas. Como nos lembra Hall: “Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2003, p. 44).

Tal perspectiva é essencial para compreender como o sujeito boliviano é historicamente inscrito em um espaço identitário fragmentado, frequentemente determinado por estereótipos, exotizações e silenciamentos. Essas construções identitárias não emergem apenas das relações interpessoais ou institucionais, mas se sustentam em um campo de representações amplamente mediado pela linguagem e por jornais locais.

O recorte temporal da pesquisa de Diniz é consideravelmente suficiente para mensurar construções de identidade na região fronteiriça de Corumbá e Puerto Quijano no que se refere ao discurso midiático local. Nesse sentido, Diniz (2014)

mostra como os jornais de Corumbá, ao longo do século XX, reiteraram discursos que associam o boliviano à informalidade, à desordem e à ameaça fronteiriça. Essa construção simbólica se articula com o que Cevasco (2003) denomina de “dispositivo cultural da exclusão”, em que certos sujeitos são sistematicamente mantidos fora da narrativa nacional e simbólica dominante. Ela afirma:

Na visão de Williams, não há nenhuma possibilidade de se chegar a uma cultura comum por meio da difusão e extensão dos valores de um grupo específico a todos os outros. Dada a sociedade que temos, esses valores seriam certamente os da classe dominante: A questão é dar condições para que todos sejam produtores de Cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria (Cevasco, 2003, p. 54).

A fronteira, nesse contexto, opera como um espaço ambíguo e contraditório: ao mesmo tempo em que permite intercâmbios econômicos e culturais, também funciona como barreira simbólica, reafirmando distinções hierárquicas entre o “brasileiro” e o “boliviano”. Importa observar que tais distinções são fortemente marcadas por heranças coloniais que ainda modelam as relações sociais e os discursos institucionais. Diniz (2014) chama atenção para a presença de um imaginário luso-brasileiro que sustenta a noção de superioridade cultural do Brasil sobre os países vizinhos, especialmente a Bolívia.

De acordo com Diniz, (2014) ser boliviano ou brasileiro engoda discussões diretas a hierarquias simbólicas, estigmas e dispositivos de exclusão que se reproduzem no imaginário popular e nos discursos das mídias locais. Há de se considerar o histórico regional de influência estrangeira europeia, especificamente lusitana, sendo esta, configurada como necessária e de extrema importância histórica tendo em vista a guerra do Paraguai e o heroísmo de Visconde de Taunay por exemplo. O autor enfatiza:

Há que se lembrar também que a cidade de Corumbá, surgiu no bojo da expansão portuguesa no século XVIII, fato que nos levou a considerar que a construção de sua identidade cultural pela imprensa impregnou-se pela denominada história oficial que associou interesse português de conquista à posse do atual território de Mato Grosso do Sul pelos brasileiros (Diniz, 2014, p. 68).

Nesse aspecto, esse “outro”, o boliviano subalternizado, encontra-se preso em uma teia de representações que o impedem de se constituir como sujeito de enunciação. Como afirma Spivak (2010), o subalterno não pode falar porque não há lugar de escuta para ele. Tal impossibilidade não reside apenas na censura explícita, mas na própria forma como o discurso se estrutura para não reconhecer legitimidade à sua voz.

A maneira que o sujeito boliviano é invisibilizado na região de fronteira especialmente pelo brasileiro corumbaense, evoca a ideia do mito da democracia racial que por uma defesa apologética de longo tempo, impossibilita a percepção do “outro” enquanto sujeito oprimido ou vítima de algum tipo de exclusão (Diniz, 2014). Essa prática reforça a ideia de hegemonia cultural descrita por Gramsci (2002) segundo a qual o grupo dominante impõe seus valores e representações de forma a torná-los universais e “naturais”. Como afirma o autor: “Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem” (Gramsci, 2002, p.135). Dessa maneira, o boliviano em Corumbá não apenas sofre com a exclusão material e institucional, mas também é alvo de um processo contínuo de desumanização simbólica, que o fixa em um lugar de alteridade degradada.

Hegemonia e subalternidade como estratégias de invisibilização

A permanência da imagem do sujeito boliviano como elemento externo, ameaçador ou inferior em Corumbá não se dá apenas por mecanismos pontuais de preconceito, mas por um projeto cultural mais profundo e estruturante, no qual a hegemonia atua como tecnologia de exclusão (Diniz, 2014). Em Gramsci (2002), a hegemonia não é simplesmente a imposição coercitiva do poder de uma classe dominante, mas a construção de um consenso ativo e generalizado, que naturaliza a posição subordinada de determinados grupos sociais, através da cultura, da educação e dos meios de comunicação.

Gramsci afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática (Alves, 2010, p. 74)

É nesse campo da produção do consentimento que diversos mecanismos, dentre eles jornais locais como demonstra Diniz (2014), atua diretamente na constituição da identidade fronteiriça. O autor mostra que, em momentos de tensão econômica ou política, os jornais reforçam uma retórica nacionalista e de distinção entre os “nossos” e os “deles”, criando um campo simbólico no qual o boliviano ocupa sempre o papel do outro perigoso, do invasor:

A narrativa dos jornais é rica em situações inusitadas que expõem o boliviano em diversos locais cometendo ilícitos. O Diário da Manhã, por exemplo, sugeriu em uma matéria do ano de 1990 que a população da região de Corumbá e do e do vizinho município de Ladário não estava a salvo dos incômodos vizinhos nem mesmo nos ônibus da cidade (Diniz, 2014, p. 244).

Esse imaginário não é espontâneo, mas o resultado de uma hegemonia que opera por meio de uma espécie de formações discursiva. Ao estabelecer quem pode ou não ser reconhecido como parte legítima do corpo social, tais formações constroem um campo de visibilidade altamente seletivo. Como Afirma Cevasco, para o materialismo cultural a linguagem e a comunicação são formadoras, são forças sociais quando há interação com instituições formais e tradições. “É uma teoria da cultura como processo produtivo, material e social de práticas específicas (artes) com uso sociais de meios materiais de produção” (Cevasco, 2003, p. 116).

Assim, o sujeito boliviano é capturado por uma lógica binária que o define sempre em relação ao que falta: falta de cidadania plena, de pertencimento territorial, de legitimidade cultural. Essa operação é silenciosa e eficaz: ela não precisa da violência direta, mas da reprodução constante de um discurso que parece neutro e factual. Stuart Hall pontua esse aspecto com base em Foucault afirmando que o discurso constrói o assunto e define o que conhecemos e ainda determina como este é debatido e consequentemente, como as ideias são postas em prática regulando a conduta do outro, dirigindo a forma que se aceita ou não, e concomitantemente, limita e restringe outras maneiras de pensar e ver a realidade (Hall, 2016). Hall usa Foucault para mostrar como discursos se utilizam da verdade para dominar e impor uma verdade sobre o outro.

Dessa maneira, o autor enfatiza que existem procedimentos de controle para os discursos além da dominação do poder, que é determinar as formas de funcionamento dos discursos impondo regras aos sujeitos que os manifestam delimitando o acesso a eles. Foucault afirma que dessa maneira ninguém entra na ordem do discurso “se não satisfazer as exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (Foucault, 1970, p. 18)¹.

Dessa maneira, não há voz para o boliviano, pois não há nele, qualificação para fazê-lo. O Histórico da influência portuguesa alinhado com discursos jornalísticos locais em determinados períodos históricos, cumpre justamente esse papel de direção moral, silenciando alguns e enaltecedo outros. Por essa premissa, o discurso sobre o sujeito boliviano na região de Corumbá/MS estabelece uma visão sobre o outro (boliviano) carregado de estereótipos e “pré-conceitos”. No contexto de Corumbá, isso significa o indivíduo boliviano foi posicionado em um lugar de marginalização pelos aparelhos ideológicos locais. Como lembra Diniz:

Dessa forma, cidadão boliviano também foi assinalado de maneira negativa, portador de uma cultura inferior ou até mesmo sem cultura, de acordo com a interpretação do senso comum de muitos habitantes do local. Essa afirmação colocou o Brasil em uma posição superior nessa porção do continente, capaz de disseminar sua cultura de matriz europeia entre as nações de menor porte econômico como a Bolívia, exercendo uma espécie de imperialismo cultural ao propagar a língua portuguesa e aos valores

¹ Citação de Foucault (1970, p.18) feita por Fernandez, 2024, p. 90.

nacionais. Nesse contexto desfavorável o boliviano parece um não-cidadão, ou um cidadão de segunda classe, por não possuir uma cultura digna de admiração pela imprensa (Diniz, 2014, p. 145).

Diniz afirma esse histórico consolidou um discurso de superioridade brasileira sobre os “hermanos bolivianos”, retratando-os como invasores, exóticos, suspeitos ou dependentes do Brasil. Esse discurso é herdeiro da ideia de que a Bolívia seria um país “menos desenvolvido”, não apenas economicamente, mas também cultural e racialmente inferior, ideia alimentada por uma matriz de pensamento eurocentrada reproduzida pela elite luso-brasileira (Diniz, 2014).

A impossibilidade de fala e o silenciamento estrutural

Ao abordar o conceito de subalternidade, Spivak (2010) retoma a teoria pós-colonial para questionar as formas pelas quais a colonialidade do poder se perpetua. A produção da subalternidade está enraizada em dispositivos históricos que excluem determinadas populações do campo da escuta. Assim, a pergunta “Pode o subalterno falar?” não demanda uma resposta objetiva, mas revela a estrutura da impossibilidade: o sistema discursivo não permite que ele seja ouvido como sujeito, apenas como objeto de fala alheia (Spivak, 2010).

Essa constatação é visível na forma como a presença boliviana em Corumbá é tratada. Em vez de vozes autênticas e autônomas, o que se encontra são representações moldadas por narrativas exógenas. A mídia local, como mostra Diniz (2014), raramente oferece espaço para que bolivianos relatem suas próprias experiências. Mesmo matérias que se pretendem “neutras” ou “informativas” reproduzem uma lógica de silenciamento, ao não problematizar as estruturas que condicionam a desigualdade.

Detectados pela sua importância econômica regional e pela posse de bens, os bolivianos de condição mediana que constituem que hoje se convencionou denominar de classe média foram pouco frequentes nos jornais, sendo descritos muito mais pelo seu envolvimento em crimes e acidentes do colunas relacionadas que nas empreendimentos econômicos (Diniz, 2014, p. 375).

Esse fato não é coincidência. Ele expressa a manutenção de uma hierarquia simbólica, onde apenas certos corpos, línguas e saberes são autorizados a ocupar o espaço público. Spivak (2010) alerta para esse ponto ao afirmar que o silêncio do subalterno não é voluntário, mas imposto por uma estrutura discursiva que já pré-determina os modos legítimos de fala. Como ela enfatiza: “o subalterno não pode falar” (Spivak, 2010, p. 126). Isso faz da fronteira não apenas uma linha geográfica, mas uma fronteira epistemológica, na qual certos saberes e existências

são sistematicamente interditados. No caso da fronteira Corumbá–Puerto Quijaro, essa interdição é agravada pela herança colonial luso-brasileira, que define o boliviano como o “outro andino”, associado à pobreza, ao atraso e à desorganização. Como aponta Diniz:

A interpretação do mundo pelos olhos dos portugueses decorreu muitas vezes, conforme demonstrou a autora, da proximidade com intelectuais daquele país que haviam vivido no antigo Mato Grosso e produzido obras como, *Viagem ao centro do Brasil* de Oscar Leal, que devem ter marcado a forma de pensar o jovem estado republicano no final do XIX. A relação com a produção cultural portuguesa foi tão marcante segundo a pesquisadora, que ainda em 1880 havia um jornal em Corumbá, *O Iniciador*, que possuía uma seção dedicada a poesia denominada *Seção Camonianiana*. Percebeu-se que mesmo após a independência em 1822, o imaginário regional encontrava-se fortemente ancorado na cultura portuguesa, embora fosse pretendida uma reelaboração identitária a partir de uma literatura genuinamente nacional e houvesse circulação de obras de outros autores pelo Mato Grosso. [...] De posse dessas primeiras conclusões se estabeleceram marcos para pensarmos representações do boliviano na imprensa local, pois os textos comentados são reveladores de mentalidades e ideologias ancoradas em posições de classe e formações culturais específicas (Diniz, 2014, p. 56).

Assim, o sujeito boliviano torna-se um símbolo do que deve ser controlado, observado, mas nunca plenamente integrado. Ele é necessário enquanto mão de obra, mas indesejável enquanto sujeito político e cultural (Diniz, 2014). Essa tensão reflete o que descreve como uma dialética da diferença que ao mesmo tempo em que o outro é essencial para a construção da identidade, ele deve ser mantido à distância para que essa identidade não colapse.

Naturalmente, a luta cultural assume diversas formas: incorporação, distorção, resistência, negociação, recuperação. Raymond Williams prestou-nos um grande serviço ao delinear alguns desses processos, através de sua distinção entre os momentos emergentes, residuais e incorporados. Precisamos expandir e desenvolver esse esquema rudimentar. O importante é observá-lo dinamicamente: como um processo histórico. As forças emergentes ressurgem sob velhos disfarces históricos; as forças emergentes, apontando para o futuro, perdem sua força de antecipação e se voltam somente para o passado; as rupturas culturais de hoje podem ser recuperadas como suporte para o sistema de valores e os significados dominantes de amanhã (Hall, 2003, p. 259).

Hall afirma que a cultura é concebida não como forma de vida, mas forma de luta que se atravessa e se intensifica em lugares de cruzamentos culturais antagônicos. Ele afirma: “a luta cultural surge mais intensamente naquele ponto onde tradições distintas e antagônicas se encontram ou se cruzam” (Hall, 2003, p. 260). O autor ainda enfatiza o problema da tradição afirmando que ela não é estática, não é pura e sim o resultado de escolhas ideológicas, posicionamentos hegemônicos no decorrer do tempo. Isto é, a tradição carrega intensões políticas e normativas (Hall, 2003).

Nesse aspecto, quaisquer abordagens da cultura que valoriza a tradição sem contexto histórico, sem uma análise detalhada, corre o risco de corroborar para uma permanência ou ampliação do silenciamento do subalterno por um discurso hegemônico. Esse problema é aprofundado em Spivak que explica o significado de *Darstellen* - uma re-presentação do subalterno, mas que não implica ouvi-lo em suas vivências e visões de mundo (Spivak, 2010). Isso pode ocorrer em discursos e representações artísticas ou até mesmo, epistêmicas.

Dado esses fatos, as tensões entre bolivianos e brasileiros na região de Corumbá/MS se esclarecem e permite a compreensão sobre a subalternidade do sujeito boliviano em relação ao indivíduo brasileiro-corumbaense, construída com aspectos de uma tradição que “folcloriza” a vivência e a identidade do indivíduo boliviano por uma posição imperialista herdada dos Europeus e disseminada pelas mídias locais (Diniz, 2014).

Hall (2003) denomina de pontos de intersecção essa diversidade de conflitos em espaços de culturas antagônicas; são diversas as problemáticas que atravessam uma região de fronteira. Uma Mulher boliviana imigrante em Corumbá por exemplo, pode enfrentar preconceito não só por ser mulher, mas também por ser indígena, estrangeira (boliviana) e pobre. Todos esses fatores se cruzam; são pontos de intersecção que moldam sua experiência social.

Discursos midiáticos e heranças coloniais em Corumbá

A condição de subalternidade que recai sobre o sujeito boliviano na fronteira de Corumbá não é apenas um resultado contemporâneo de práticas excludentes. Ao contrário, ela é forjada historicamente a partir da sobreposição de camadas coloniais, especialmente do legado luso-brasileiro que instituiu um padrão civilizatório eurocêntrico como medida de pertencimento e legitimidade (Diniz, 2014). Uma espécie de “gramática cultural” que engessa ferramentas de dominação sob um conceito de tradição que se configura um aparato hegemônico (Cevasco, 2003). Ou seja, Cevasco usando o conceito de hegemonia em Raymond Willians afirma que essa questão se desenvolve como uma cultura de vivência de dominação. Segundo Cevasco:

Para Williams, a noção de hegemonia como recuperada de Gramsci, é central para produzir uma descrição acurada do processo de produção e reprodução da cultura. Essa descrição possibilita ver como se dá a determinação em uma sociedade de classes combinando os aspectos de uma totalidade de práticas sociais e a noção de intenção (Cevasco, 2003, p. 114).

Isso significa que a cultura está enraizada nas condições materiais da sociedade, na vida quotidiana, nas relações de trabalho, nas instituições sociais e na luta de classes. Willians denomina esse conceito de Materialismo cultural. “Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e os significados que são apresentados testados” (Willians 2014, p. 5). Ou seja, a cultura é uma zona de embates recíprocos, onde quotidianamente se reforçam hegemonias ou se abrem possibilidades inclusivas e democráticas.

Em Corumbá, os jornais desempenharam um papel central nesse processo. Diniz (2014) mostra como, desde as primeiras décadas do século XX, a imprensa local reafirma a centralidade da identidade brasileira como modelo de ordem, progresso e civilidade, ao mesmo tempo que associa o boliviano ao atraso. “[...] o conceito de civilização nos jornais está vinculado ao patrimônio cultural europeu colonizador...” (Diniz, 2014, p. 64). Ainda que, segundo Diniz, o contexto de civilidade associada diretamente a uma lusofonia (como vimos analisando Hall, Cevasco e Willians), a cultura hegemônica se constrói e se perpetua diante de posicionamentos que se impõe socialmente por discursos hegemônicos como vimos em Gramsci.

A naturalização dessas representações contribui para uma economia do silenciamento onde os bolivianos, mesmo presentes, não têm autorização simbólica para pertencer plenamente. São vistos, mas não reconhecidos; são necessários, mas descartáveis. Tal paradoxo está inscrito na forma como o espaço fronteiriço é organizado simbolicamente: a fronteira se apresenta como uma zona de contato, mas se opera como zona de contenção.

Aqui, o conceito aprofundado por Spivak (2010) sobre a subalternidade se evidencia; o indivíduo boliviano é invisibilizado porque não é ouvido, percebido. Mesmo quando fala, sua voz não circula com legitimidade social. Esse silenciamento é funcional ao controle das fronteiras e à manutenção da desigualdade racial e econômica. Diniz (2014) sublinha esse paradoxo ao apontar que, embora a fronteira favoreça intensas trocas comerciais, culturais e afetivas, os jornais como “porta-voz” dos cidadãos corumbaenses levavam às autoridades denúncias sobre questões sanitárias sempre associando aos bolivianos a falta de higiene e os riscos à saúde pública.

Em um pronunciamento à câmara municipal de Corumbá o secretário de obras públicas responde questionamentos sobre “problemas” causados pelo aglomerado de residências de bolivianos em área urbana. Sua resposta não contesta as afirmações estigmatizantes sobre os bolivianos, antes reafirma:

Dr. José Sebastião Candia justificou que aquele amontoado de casebres e barracões ali continua, porque os proprietários de terrenos, homens de recursos financeiros, fazem negócios com aluguel das áreas não beneficiadas e nem muradas e se negam a cumprir as posturas municipais. Entendemos que o problema não é tão difícil assim de se resolver. Por que a Prefeitura não obriga tais proprietários, pessoas que desfrutam de excelente situação financeira a cumprir as leis municipais inclusive os regulamentos da Saúde Pública, condenando as habitações que não tem instalações sanitárias, ameaçando a cidade com a irrupção de epidemias e outros males decorrentes? Já é tempo de se acabar com semelhante situação (Tribuna, 1963)².

O uso de expressões como “*amontoado de casebres e barracões*” revela uma construção imagética da “Feira Boliviana” como espaço de desordem, sujeira e risco. O problema é deslocado do campo social para o campo técnico-sanitário, e os moradores, presumivelmente migrantes bolivianos ou seus descendentes, são silenciados em sua condição de sujeitos. Como propõe Spivak (2010), o subalterno “não pode falar” porque não há lugar para sua voz nas estruturas que o nomeiam. A população é objeto de discursos de controle e vigilância, mas jamais interlocutora nos debates que definem seu destino.

A fala do secretário de obras atribui a permanência da favela aos “homens de recursos financeiros” que alugam terrenos sem infraestrutura. Embora a crítica pareça recair sobre os proprietários, ela também reforça uma lógica hegemônica que, como diria Gramsci (2002), atua por meio do consenso: mantém a estrutura social como está, naturalizando a precariedade habitacional das classes populares e justificando a exclusão por meio de normas urbanísticas.

Nas menções de bolivianos em jornais de Corumbá não como sujeito de direitos ou parte integrante da cidade, mas como problema urbano, risco sanitário, trabalhador informal ou agente de ilegalidades, como analisa Diniz (2014), há um padrão discursivo recorrente que associa a presença boliviana à desordem, à informalidade e à ameaça à ordem pública. Mesmo quando a intenção declarada é “denunciar desigualdades” ou “reivindicar melhorias”, o sujeito boliviano permanece encapsulado numa posição subalterna, falado por outros e raramente autorizado a expressar sua própria narrativa e quase sempre estigmatizado como o outro – problema. Em um dos jornais analisados por Diniz (2014), ao citar uma apreensão de usuários de entorpecentes, aparece a seguinte notícia:

Agentes da Polícia Federal encontraram dois menores cheirando cocaína na Esplanada da NOB efetuaram a detenção deles, quando então eles entregaram a conhecida Boca do Carlos como fornecedora da droga. Os policiais para lá se dirigiram e o dona da boca, Carlos Flores, conhecido como Carlos Boliviano”, que já tem passagem. pela polícia, tentou fugir com uma criança nos braços (Diário da manhã, 1984)³.

² Citação do Jornal Tribuna (31/05/1963) feita por Diniz, 2014, p. 322.

³ Citação do Jornal Diário da Manhã (22/05/1990) feita por Diniz, 2014, p. 290.

Como afirma Diniz, o problema agravante é a reincidência criminal do cidadão e não sua nacionalidade que segundo o autor, a manchete naturaliza a família boliviana ao tráfico de drogas. Nesse aspecto, a mídia local opera como aparelho ideológico nos termos de Antônio Gramsci, ao naturalizar uma estrutura de dominação simbólica. A repetição de imagens da “Feira Boliviana” como lugar de sujeira, aglomeração e descaso, e a associação constante a criminalidade de indivíduos bolivianos contribui para formar consensos sociais que culpabilizam os migrantes por problemas estruturais da cidade. O que poderia ser lido como negligência estatal é deslocado para a conta da presença boliviana, criando uma narrativa conveniente à manutenção da ordem hegemônica.

A pesquisa de Diniz (2014) abriga informações contundentes sobre questões históricas de influências de identidade local – o que de acordo com Hall (2003) é um dos fatores cruciais para uma imposição hegemônica e de subalternidade – Nesse bojo, o recorte temporal de Diniz revela a maneira que a mídia local fortaleceu o silenciamento e a marginalização do boliviano em Corumbá/MS.

Reportagens que noticiam ações da polícia frequentemente destacam a nacionalidade dos envolvidos em apreensões de drogas, enfatizando o termo “boliviano” no título ou subtítulo, mesmo quando o sujeito atua em funções menores das redes ilícitas. Essa insistência na nacionalidade não apenas essencializa o sujeito como criminoso, mas contribui para uma construção simbólica da bolivianidade como sinônimo de ilegalidade, criando um vínculo entre identidade nacional e desvio. Trata-se de um discurso que, como nos alerta Stuart Hall, opera por repetição: ao reforçar estereótipos, ele estabiliza categorias identitárias que servem para justificar exclusão e vigilância. Perceba algumas manchetes de jornais de Corumbá entre 2021 e 2025:

“Dois bolivianos são presos com 6,5 kg de cocaína na fronteira.”

“Bolivianos são presos com 13,7 kg de cocaína na fronteira.”

“Seis bolivianos são presos traficando cápsulas de cocaína no corpo.”

“Boliviano é preso com pasta base em ônibus clandestino que seguia para SP.”

“Boliviano é preso com três tabletes de pasta base na fronteira” (Souza, Capital do Pantanal, 2021-2025).

Não obstante, a manchete é diferente quando se trata brasileiros ainda que o crime seja de maior agravante: “Foragido condenado por estupro de vulnerável é

preso em Corumbá” (Souza, Capital do Pantanal, 2024). Não há ênfase na nacionalidade ou naturalidade. O leitor não é conduzido a um imagético criminalizado de ordem nacional. Diniz é enfático em sua conclusão sobre as consequências do posicionamento da mídia local:

Ao associar o boliviano à balbúrdia do espaço do comércio da primeira feira formada por muitos desses imigrantes, os jornais promoveram uma insistente interpretação negativa do cidadão do país vizinho que se consolidou na memória local. A construção de uma representação ameaçadora do boliviano decorreu da negação e sua condição de participante essencial da dinamização da economia regional. Dessa maneira, como indivíduo pobre, morador de periferias, ele foi apresentado de forma parcial a partir de estereótipos que ocultaram os aspectos positivos de sua oferta de mão de obra no município ou papel dos alimentos bolivianos trazidos pelos feirantes para a dieta local (Diniz, 2014, p. 376-377, grifo nosso).

Essa construção discursiva colabora para a manutenção da hegemonia simbólica brasileira, perpetuando o boliviano como o subalterno em uma alteridade fronteiriça fragmentada, onde múltiplas questões, embates, formam identidades que perpetuam comportamentos excludentes do outro como legítimo produtor de cultura. Nesse contexto, a fronteira não apenas delimita territórios, mas classifica sujeitos e define quais vozes podem circular com autoridade.

A imprensa local segundo Diniz (2014), escreveu um contexto marcado pelo viés liberal, imprimindo na identidade local, um caráter excludente que enxerga o boliviano, ainda que legalizado, como “subcidadania”. Diniz ainda afirma que muitos descendentes de bolivianos se perdem entre as duas nacionalidades; seja por não dominar o espanhol ou pela falta de acolhimento do brasileiro corumbaense, muitas vezes acompanhado de *bullying* em ambientes públicos ou escolares. Para Diniz (2014) “o discurso regionalista impregnado nas concepções de História, não privilegiou as imigrações fronteiriças nem celebrou seu papel na formação da história da cidade” (Diniz, 2014, p.379).

À revelia de todo esse imagético de negatividade e silenciamentos institucionais, os bolivianos permanecem atuando no comércio, nas festividades e no tecido urbano da cidade. Para Diniz, (2014) essa presença contínua é uma forma de resistência simbólica e prática: os sujeitos bolivianos reconfiguram o espaço fronteiriço ao desafiar narrativas que buscam marginalizá-los. Ao ocupar e ressignificar territórios sociais, criam uma contra esfera pública que questiona as representações cristalizadas e constroem formas próprias de agência.

Ainda que as múltiplas tentativas de aproximação cultural como o Festival América do Sul e outros eventos locais não tenham obtido sucesso - talvez pela maneira equivocada de não ouvir o sujeito boliviano, apenas representá-lo - o

boliviano fez à sua maneira, seu ato de resistência. Diniz (2014) afirma não ter encontrado registros da imprensa local sobre a importância das manifestações culturais dos bolivianos da região de Corumbá/MS. Não obstante, o boliviano resiste com toda a sua subversividade, suas cores, sabores, alegrias e sua fé.

Essa análise converge com a crítica de Spivak (2010) e com o materialismo cultural de Williams apontado por Cevasco (2003): há produção de sentido nas margens, há reapropriação simbólica mesmo sob dominação. Trata-se de uma alteridade fragmentada e em disputa, que insiste em existir apesar de uma economia do silenciamento.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a condição do sujeito boliviano em Corumbá-MS está intimamente ligada a um conjunto de discursos que atravessam a história da fronteira e se atualizam na linguagem midiática local. Longe de serem neutras, as narrativas jornalísticas examinadas contribuem para consolidar imagens que associam o boliviano à desordem, à suspeita e à precariedade, reforçando a permanência de fronteiras simbólicas mesmo em um espaço marcado pela circulação cotidiana de pessoas, mercadorias e saberes entre Brasil e Bolívia. Ao iluminar essas representações, foi possível evidenciar como a mídia participa da manutenção de hierarquias identitárias e da produção de silenciamentos que atingem diretamente quem vive essa fronteira na condição de “outro”.

Nesse percurso, o estudo permitiu compreender que a invisibilização do sujeito boliviano não se reduz a carências materiais ou a ausências formais de direitos. Ela se constrói e se reproduz no plano das significações, na maneira como a imprensa seleciona temas, enquadra acontecimentos e escolhe quais vozes podem ou não aparecer. As reportagens analisadas revelam um padrão de abordagem que tende a transformar o boliviano em personagem recorrente de situações problemáticas, ao mesmo tempo em que pouco registra suas experiências, perspectivas e contribuições para a dinâmica social, econômica e cultural da cidade. Essa assimetria ajuda a entender por que a presença boliviana, embora fundamental para a vida corumbaense, continua atravessada por marcas de desconfiança, inferiorização e distância social.

Ao mesmo tempo, o artigo indicou que esse quadro não se esgota em termos de pura dominação. A permanência de práticas comerciais, culturais e afetivas protagonizadas por bolivianos demonstra que há formas de resistência que tensionam o lugar de subalternidade que lhes é atribuído. Mesmo quando não

reconhecidas pela mídia, essas presenças produzem fissuras no discurso dominante e afirmam modos próprios de ocupar a fronteira, de produzir vínculos e de inscrever memórias no espaço urbano. A fronteira aparece, assim, como um território de conflito, mas também de invenção, onde se confrontam projetos de identidade excludentes e experiências concretas de convivência e pertencimento.

Ao articular referenciais dos Estudos Culturais com o exame de narrativas jornalísticas, esta pesquisa oferece uma contribuição para o entendimento da fronteira como campo de disputa simbólica e não apenas como limite territorial. O recorte adotado evidencia a importância de interrogar quem fala sobre quem, em quais condições e com quais efeitos, chamando atenção para o papel dos meios de comunicação na naturalização de desigualdades e na definição de quem pode ser reconhecido como sujeito. Ao mesmo tempo, a concentração da análise em materiais midiáticos constitui um limite do estudo, na medida em que não incorpora de forma direta as vozes dos próprios bolivianos e suas leituras sobre a cidade e sobre as formas de representação que os afetam.

Esse limite abre possibilidades claras para pesquisas futuras que possam combinar o exame de discursos institucionais com entrevistas, etnografias e outras metodologias qualitativas voltadas à escuta de quem vive a fronteira a partir de posições subalternizadas. Investigações comparativas com outras regiões fronteiriças, bem como estudos que focalizem políticas públicas, práticas educacionais ou iniciativas culturais construídas em diálogo com comunidades bolivianas, podem ampliar e aprofundar as questões aqui trabalhadas. Ao apontar esses caminhos, este artigo reafirma que enfrentar a invisibilidade do sujeito boliviano implica não apenas descrever desigualdades, mas desestabilizar narrativas que as justificam e criar condições para que outras formas de presença e de fala se tornem visíveis e legítimas.

Referências

- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 80, p. 71–96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLmgCzbM/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2025.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- DINIZ, W. L. C. *Los hermanos bolivianos: representações nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999)*. 2014. 535 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-15052015-101045/>. Acesso em: 1 nov. 2025.
- FERNANDEZ, L. S. *Relações de gênero nos livros didáticos de Língua Inglesa e perspectiva de docentes da rede pública: reprodução ou superação de estereótipos?* 2024. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, Corumbá-MS, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/8635>. Acesso em: 22 maio 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: volume 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SOUZA, G. Dois bolivianos são presos com 6,5 kg de cocaína na fronteira. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2023. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/dois-bolivianos-sao-presos-com-6-5-kg-de-cocaina-na-fronteira/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Bolivianos são presos com 13,7 kg de cocaína na fronteira. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/bolivianos-sao-presos-com-13-7-kg-de-cocaina-na-fronteira/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Seis bolivianos são presos traficando cápsulas de cocaína no corpo. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2025. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/seis-bolivianos-sao-presos-traficando-capsulas-de-cocaina-no-corpo/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Boliviano é preso com pasta base em ônibus clandestino que seguia para SP. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/boliviano-e-preso-com-pasta-base-em-onibus-clandestino-que-seguia-para-sp/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SOUZA, G. Foragido condenado por estupro de vulnerável é preso em Corumbá. **Capital do Pantanal**, Corumbá, MS, 2024. Disponível em: <https://www.capitaldopantanal.com.br/noticias/foragido-condenado-por-estupro-de-vulneravel-e-preso-em-corumba/>. Acesso em: 28 maio 2025.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILLIAMS, R. A cultura é algo comum. In: WILLIAMS, R. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. Tradução de Ana Maria Bahiana. São Paulo: Editora UNESP, 2015.